

Taller de Creación de Capacidad para América del Sur sobre NBSAP em Materia de Diversidad Biológica e Integración de la Diversidad

Rio Branco, Acre – Brasil
31 de março a 4 de abril de 2008

Estratégia Nacional da Biodiversidade e Gestão da Biodiversidade no Brasil

TAMANHO DA BIODIVERSIDADE BRASILEIRA

Fonte: Lewinsohn & Prado, 2006

TAXON	CONHECIDO	ESTIMADO
VIRUS	350	55.000
BACTÉRIAS	400	136.000
FUNGOS	13.000	205.000
ALGAS	10.000	55.000
PLANTAS	47.500	52.000
PROTOZOÁRIOS	3.500	27.000
ANIMAIS	132.000	1.337.000
TOTAL	207.000	1.867.000

Ministério do Meio Ambiente

Avaliação do Estado do Conhecimento da Biodiversidade Brasileira

Coordenador Thomas Lewinsohn



O passivo ambiental brasileiro já é muito grande, embora não tenha sido ainda adequadamente contabilizado economicamente.

Mais de 80% da produção madeireira brasileira é insustentável e em muitos casos ilegal;

mais de 80% das pescarias brasileiras estão sobreexplotadas e em declínio;

mais de 50% da cobertura vegetal dos biomas brasileiros extra-amazônicos foi eliminada;

boa parte do solo superficial fértil nos biomas brasileiros extra-amazônicos e pantaneiros já foi erodido;

mais de 20% do bioma Caatinga está em franco processo de desertificação;

parte das nascentes dos biomas Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica perdeu sua perenidade devido aos desmatamentos, queimadas, sobrepastejo e assoreamento;

parcela significativa dos agroecossistemas e das pastagens brasileiros estão degradados e improdutivos;

alguns trechos da zona costeira brasileira já são considerados “zona morta”;

muitas praias brasileiras estão poluídas e impróprias para o banho;

mais de 10% dos mamíferos e aves brasileiros estão ameaçados de extinção;

parcela significativa dos recursos genéticos das plantas cultivadas no país já foram perdidos para sempre.

O primeiro Governo do Presidente Lula deu algumas demonstrações significativas de que tal avanço é possível – redução de 50% nas taxas anuais de desmatamento na Amazônia nos três últimos anos e aumento de 25% nas unidades de conservação federais na Amazônia.

Evidentemente maior atenção deve ser dada para ações de conservação e recuperação da biodiversidade no demais biomas brasileiros.

A biodiversidade não se distribui uniformemente sobre o território brasileiro, tampouco a gestão da biodiversidade divide o território nacional em partes equivalentes.

O território continental brasileiro é dividido em grandes regiões naturais chamados de biomas – seis biomas continentais são reconhecidos pelo Governo Federal: Amazônia, Pantanal, Cerrado, Caatinga, Pampa e Mata Atlântica.

Mapa de Biomas do Brasil

Escala:1: 5.000.000

IBGE e MMA

2004



O outro Brasil, o mar brasileiro, incluindo sua zona costeira, suas ilhas costeiras e ilhas oceânicas, sua plataforma continental, seu talude continental e suas montanhas submarinas são divididas em quatro regiões com características físicas e biológicas diferenciadas: Norte, Nordeste, Central e Sudeste-Sul.

Adicionalmente, o território continental brasileiro é dividido mais finamente nos seguintes tipos de unidades ambientais: cerca de 80 ecorregiões, centenas de sistemas de terra, formações fitoecológicas, bacias hidrográficas e sub-bacias hidrográficas.

Já os ambientes marinhos são divididos em numerosos tipos de ecossistemas de acordo com o tipo de substrato e corrente oceânica.

Política Nacional da Biodiversidade

- A Política Nacional da Biodiversidade (Decreto 4.339/2002) tem como objetivo geral a promoção, de forma integrada, da conservação da biodiversidade e da utilização sustentável de seus componentes, com a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, de componentes do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais associados a esses recursos.

Política Nacional da Biodiversidade

- A Política Nacional da Biodiversidade aplica-se aos componentes da diversidade biológica localizados nas áreas sob jurisdição nacional, incluindo o território nacional, a plataforma continental e a zona econômica exclusiva; e aos processos e atividades realizados sob sua jurisdição ou controle, independentemente de onde ocorram seus efeitos, dentro da área sob jurisdição nacional ou além dos limites desta.

Componentes da PNB

- 1. Conhecimento da Biodiversidade
- 2. Conservação da biodiversidade
- 3. Uso Sustentável da Biodiversidade
- 4. Avaliação e Mitigação dos Impactos sobre a Biodiversidade
- 5. Acesso a Recursos Genéticos e Repartição de Benefícios
- 6. Informação, Conscientização e Educação sobre Biodiversidade
- 7. Marco Jurídico e Institucional para Gestão da Biodiversidade

Princípios e Diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade

- 20 princípios
- 9 Diretrizes gerais
- 27 objetivos principais
- 285 objetivos específicos

Programa Nacional da Diversidade Biológica – PRONABIO & Comissão Nacional de Biodiversidade - CONABIO

- Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003

Comissão Nacional de Biodiversidade - CONABIO

Projeção de Resultados/Metas até 2010 - Câmaras Técnicas da CONABIO

a) Câmara Técnica Permanente de Espécies Exóticas Invasoras

1. Glossário Oficial dos Termos a serem empregados no tratamento de Espécies Exóticas Invasoras;
2. Diagnóstico Nacional das Espécies Exóticas Invasoras – ocorrência, distribuição, avaliação de impactos e medidas para controle, mitigação ou erradicação;
3. Publicação e revisão periódica de Lista Oficial das Espécies Exóticas Invasoras da flora, da Fauna e de Microrganismos;
4. Criação, implementação e gerenciamento do Banco de Dados das Espécies Exóticas Invasoras.

b) Câmara Técnica Permanente de Espécies Ameaçadas de Extinção e Sobreexplotadas ou Ameaçadas de Sobreexplotação

1. Livro Vermelho da Fauna Ameaçada de Extinção;
2. Divulgação da Revisão da Lista de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção;
3. Adequação na normativa nacional das categorias de ameaças;
4. Elaboração das Listas Regionais/Biomas das Espécies Ameaçadas de Extinção;
5. Recomendação sobre a geração de incentivos financeiros para a preservação das espécies nos Estados;

c) Câmara Técnica Permanente para Finalização e Monitoramento da Implementação do PANBIO

1. Implementação do Plano de Ação da Política Nacional de Biodiversidade;
2. Conjunto de Indicadores para o atendimento das metas estabelecidas pela CDB até 2010;
3. Estabelecimento de um sistema de gestão da biodiversidade no país.

d) Câmara Técnica Temporária de Coleções Biológicas

1. Política Nacional de Curadoria de Coleções Zoológicas;
2. Consolidação das Diretrizes para a modernização das coleções zoológicas;
3. Consolidação do Sistema Integrado de Informações sobre Biodiversidade.

Plano de Ação para Implementação da Política Nacional da Biodiversidade (PAN-Bio)

- As Diretrizes e Prioridades do Plano de Ação para Implementação da Política Nacional da Biodiversidade PAN-Bio (Deliberação CONABIO nº 40, de 7 de fevereiro de 2006)
- 161 Ações Prioritárias

PAN-Bio – Diretrizes e Prioridades do Plano de Ação para Implementação da PNB

Para que os objetivos da PNB sejam, de fato, implementados e no intuito de suprir lacunas na gestão da biodiversidade no país, o MMA coordenou entre 2004 e 2005 a formulação do PAN-Bio em conjunto com os setores gestores e usuários da biodiversidade do país.

O PAN-Bio deve agora representar elemento norteador para o direcionamento das ações dos programas de governo, federais e estaduais, relacionados à gestão da biodiversidade; bem como integrar as agendas da sociedade civil e do setor privado. O esforço de congregar parceiros para o alcance das ações definidas neste plano de ação é sem dúvida o próximo compromisso assumido por todos aqueles que contribuíram para sua realização.

EIXOS DE AÇÃO

Câmara Técnica Permanente na CONABIO, dividida em três Grupos de Trabalho, a saber:

ARTICULAÇÃO

Promover uma constante articulação intersetorial buscando estabelecer pactos com experiências exitosas em andamento.

INFORMAÇÃO

Produção, sistematização e ampla disseminação de informações sobre o estado da biodiversidade no Brasil. Procurar promover um canal aberto para receber recomendações e sugestões de iniciativas de diferentes setores e grupos sociais, bem como disseminar as propostas consideradas relevantes valorizando diagnósticos e soluções adequadas à realidade do país.

CAPACITAÇÃO

Capacitação/ampliação e consolidação da capacidade científica e tecnológica nas áreas de gestão, uso sustentável e conservação da biodiversidade. Formação de agentes locais multiplicadores (estado/município).

Ministério do Meio Ambiente



**Diretrizes e Prioridades do Plano
de Ação para Implementação da
Política Nacional da Biodiversidade**

PAN - Bio

Relatório Nacional para a Convenção sobre Biodiversidade

O Primeiro Relatório para a CDB foi publicado em 1998, nas versões em português e inglês.

O Segundo Relatório Nacional foi elaborado em 2002 e aprovado e publicado em 2004, em português e inglês.

O Terceiro Relatório Nacional foi publicado em 2006, em português e inglês.

Os relatórios encontram-se disponíveis no website do MMA: www.mma.gov.br/biodiversidade

Ministério do Meio Ambiente

**Terceiro Relatório Nacional
para a Convenção sobre
Diversidade Biológica**

BRASIL



Biodiversidade 21

Portal de Informações em Biodiversidade – CHM Brasileiro



- mecanismo de incentivo à produção, à sistematização, à disseminação e à troca de informações sobre a biodiversidade brasileira.
- baseado no *Clearing House Mechanism* (cujo objetivo é promover e facilitar a cooperação técnica e científica)
- Base para um **Portal Brasileiro sobre Biodiversidade - Portalbio**, para servir como mecanismo de intercâmbio de informações.
- apoio para uma Rede Sul Americana de Informações sobre Biodiversidade

www.mma.gov.br/portaltbio

Consolidação do Portal Brasileiro sobre Biodiversidade - PortalBio

O Portal Brasileiro sobre Biodiversidade – PORTALBio é um mecanismo de incentivo à produção, à sistematização, à disseminação, à troca de informações e à transferência de tecnologias importantes para a implementação dos três objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB.

Objetivo: promover e facilitar a cooperação técnica e científica para alcance dos objetivos da CDB. O PORTALBio é a principal ação para implementação do CHM brasileiro. Integra o SINIMA, como mais um sistema temático, e para tal, será necessário o desenvolvimento de uma série de serviços relevantes que poderão ser prestados aos usuários. O PortalBio, em parceria com o SINIMA (Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente), possibilitará em curto, médio e longo prazo, a prestação dos seguintes serviços:

- a) Acesso ao Sistema de Gestão de Órgãos Colegiados, criado para o SINIMA;
- b) Disponibilização de imagens e mapas sobre biodiversidade; base bibliográfica do MMA sobre biodiversidade; bases de dados temáticas sobre biodiversidade com georreferenciamento; cadastro Nacional de Projetos de Biodiversidade; base de dados sobre a Legislação Brasileira sobre Biodiversidade; Mapa Interativo de Biodiversidade e Indicadores Nacionais de Biodiversidade,
- c) Divulgação de informações ligadas ao tema biodiversidade que serão disponibilizadas por meio do Scielo Biodiversidade e de informações ligadas ao GEO Brasil Biodiversidade.

As Metas Nacionais de Biodiversidade para 2010

- Resolução CONABIO nº 3, de 21 de dezembro de 2006

A Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO adotou, mediante a Resolução 3/2006, 51 Metas Nacionais de Biodiversidade para 2010, sendo:

14 metas de conservação,
13 metas de uso sustentável,
07 metas de mitigação de impactos,
08 metas de acesso e repartição de benefícios,
03 metas de pesquisa,
03 metas de educação e informação e
03 metas de financiamento e transferência de tecnologias.

Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira

- Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004, e Portaria MMA nº 9, de 23 de janeiro de 2007

Histórico

- “Avaliação e Identificação das Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação dos Biomas Brasileiros”
(PROBIO/MMA – 1998 a 2000 – 900 áreas)
Decreto 5.092, 24 maio 2004
Portaria MMA nº 126, 27 maio 2004

Pressupostos Iniciais

- Reconhecimento da importância do processo anterior;
- Incorporação de conhecimento atualizados sobre biodiversidade e de metodologias inovadoras;
- Importância da participação e consenso entre os diversos setores da sociedade; e
- Incorporação do resultado nas ações governamentais, orientando políticas públicas.





Metodologia

- Mapa de Biomas do Brasil (IBGE, 2004);
 - Planejamento Sistemático para Conservação:
 - objetividade e eficiência;
 - memória do processo de identificação de prioridades;
 - maior participação e formação de consenso;
- Deliberação CONABIO n° 39, 14 dezembro 2005**
(aprovou a metodologia elaborada)
- Todas UCs consideradas como áreas prioritárias;

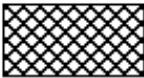


Passo a Passo

- Reuniões Técnicas dos Biomas
 - definição de alvos e metas de conservação;
- Processamento de dados
 - geração de mapas de importância biológica;
- Seminários Regionais por Bioma
 - identificação das áreas e ações prioritárias, definição de importância biológica e urgência de ação;

Importância Biológica

	Extremamente Alta
	Muito Alta
	Alta
	Insuficientemente Conhecida

Urgência das Ações

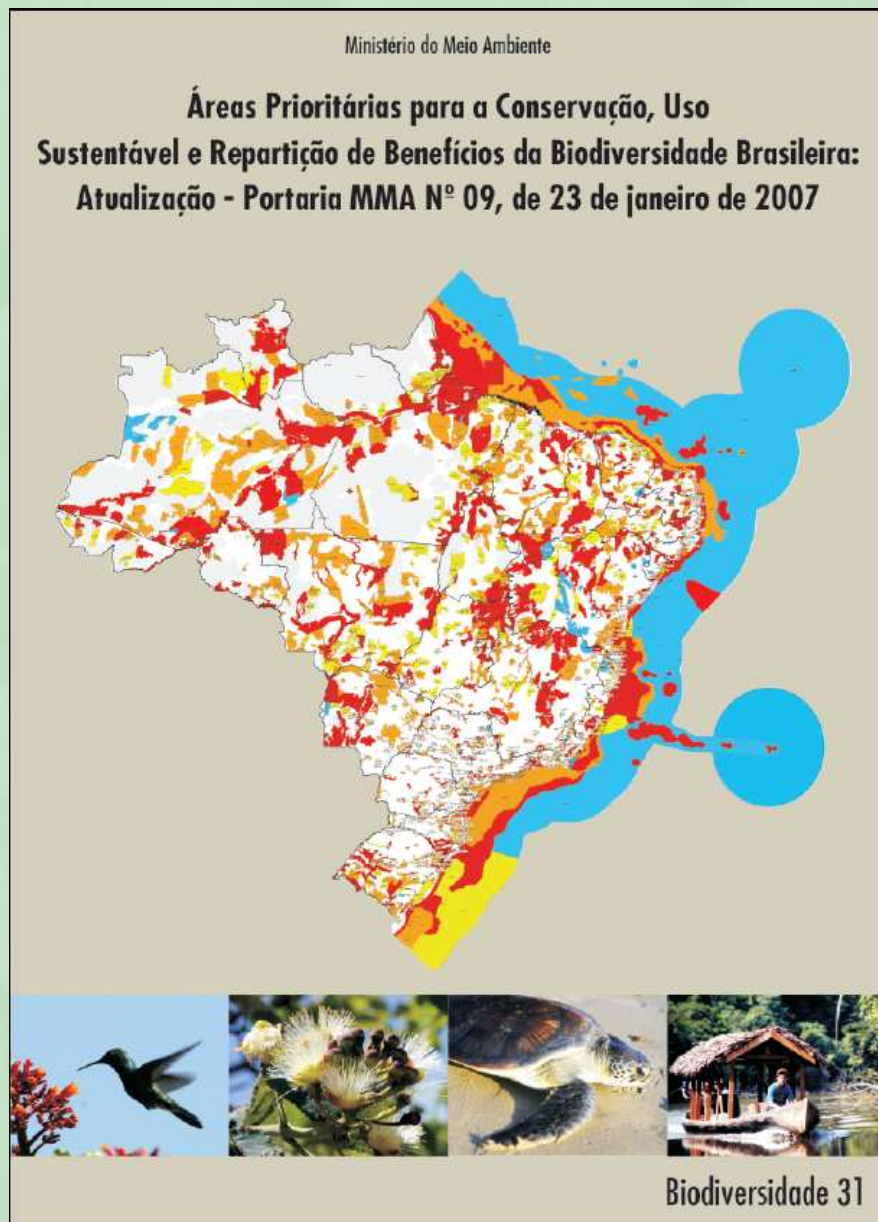
	Extremamente Alta
	Muito Alta
	Alta (sem hachura)

Resultado Final

Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira Atualização

Deliberação CONABIO nº 46, 20 dezembro 2006
(aprova as áreas prioritárias atualizadas)

Portaria MMA nº 9, 23 janeiro 2007
(reconhece as áreas prioritárias atualizadas)



Áreas Prioritárias para a Biodiversidade

O processo de atualização das Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, teve como resultados o mapa e banco de dados com 2.684 áreas prioritárias indicadas e referendadas pela sociedade.

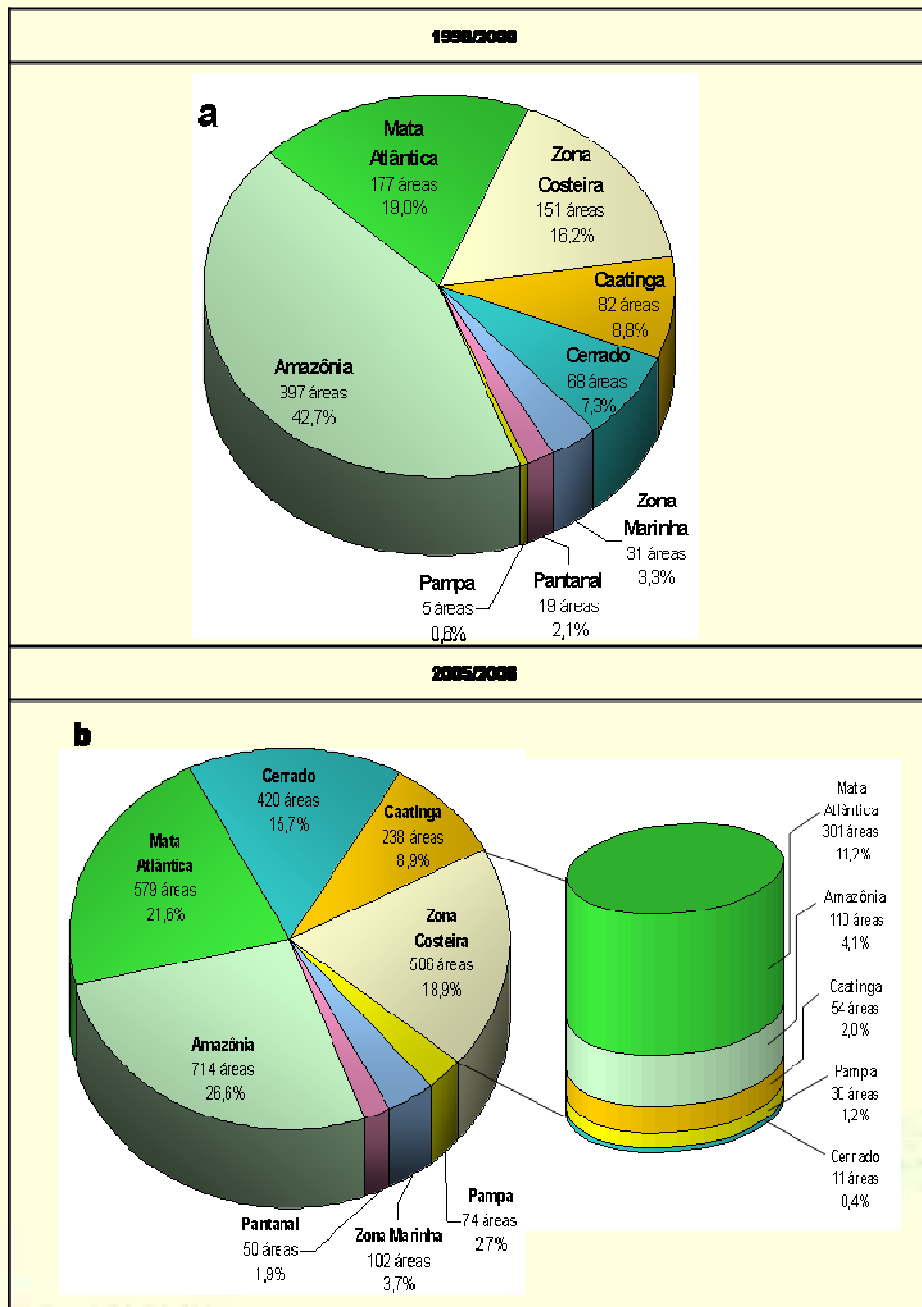
Os biomas Mata Atlântica e Amazônia, agregaram 63% do total das áreas prioritárias, com 880 e 824 áreas respectivamente; o Cerrado com 431 áreas, a Caatinga com 292, o Pampa com 105, Zona Marinha com 102 e o Pantanal com 50, completam o novo mapa atualizado.

Áreas Prioritárias para a Biodiversidade

- 2.684 áreas prioritárias indicadas e referendadas pela sociedade;
- 1.123 áreas já protegidas (UCs - TIs);
- 1.561 novas áreas propostas;

BIOMAS

- Mata Atlântica 880 áreas;
- Amazônia 824 áreas;
- Cerrado 431 áreas;
- Caatinga 292 áreas;
- Pampa 105 áreas;
- Zona Marinha 102 áreas;
- Pantanal 50 áreas.



Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC

- Lei N° 9.985, de 18 de julho de 2000
- Decreto n° 4.340, de 22 de agosto de 2002

Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP

- Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006

Unidades territoriais de gestão pública da biodiversidade:

- unidades políticas (as unidades da federação: estados, distrito federal e municípios),
- regiões geopolíticas para efeito de créditos e incentivos fiscais (os Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste; a Zona Franca de Manaus, a Amazônia-Legal, o Semi-Árido),
- biomas (Amazônia, Pantanal, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pampa, Zona Costeira e Marinha),
- Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira,
- unidades do Zoneamento-Ecológico-Econômico (ZEE),

Unidades territoriais de gestão pública da biodiversidade (continuação):

- Bacias Hidrográficas (com seus Comitês),
- Reservas da Biosfera (Amazônia Central, Pantanal, Cerrado, Serra do Espinhaço, Caatinga, Mata Atlântica e Cinturão Verde de São Paulo),
- Corredores Ecológicos em escala regional (Central da Amazônia, Costa Paraense, Guaporé/Itenez-Mamoré, Cerrado/Pantanal, Paranã/Pirineus, Araguaia/Bananal, Jalapão/Mangabeira, Caatinga, Maciço Baturité, Central da Mata Atlântica, Serra do Mar, Rio Paraná, Rio Uruguai, Costa Esmeralda/Catarinense), e
- Unidades de Conservação e seus entornos no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

Espécies Ameaçadas de Extinção e Espécies Sobreexplotadas

- Listas Oficiais (INs do MMA):
- Instrução Normativa MMA nº 3, de 27 de maio de 2003;
- Instrução Normativa MMA nº 5, de 21 de maio de 2004;
- Câmara Técnica Permanente da CONABIO
- Comitês de Assessoramento Técnico do Instituto Chico Mendes
- A Aliança Brasileira para a Extinção Zero (Protocolo de Intenções do MMA, de 22 de maio de 2006 & Fórum Nacional, Portaria MMA, de 22 de maio de 2006)

Espécies Exóticas Invasoras

- Diagnóstico Nacional
- Câmara Técnica Permanente da CONABIO
- Adesão do Brasil ao Programa Global de Espécies Invasoras - GISP (Memorando de Entendimento MMA-GISP, assinado em 22 de maio de 2006)

Impactos das Mudanças Climáticas

- Diagnóstico Nacional (Marengo, 2007)
- Medidas de adaptação para proteção da biodiversidade nos ecossistemas mais vulneráveis às mudanças climáticas (Resolução CONABIO nº 4, de 25 de abril de 2007)



Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas

Mudanças Climáticas Globais e seus Efeitos sobre a Biodiversidade

Caracterização do Clima Atual e Definição das Alterações
Climáticas para o Território Brasileiro ao Longo do Século XXI

José A. Marengo

2ª edição

Biodiversidade 26



Biossegurança de OGMs

- Lei no. 11.105, de 24 de março de 2005 (CTNBIO e CNBS)
- Decreto N° 4.680, de 24 de abril de 2003 (rotulagem de alimentos)
- Comissão Interna de Biossegurança em Meio Ambiente – CIBMA/MMA
- Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (ratificado em 21 de novembro de 2003 e promulgado pelo Decreto 5.705, de 16 de fevereiro de 2006)

Biossegurança de Espécies Exóticas Invasoras

- Publicação do 1º Informe Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras que afetam o Meio Ambiente (terrestre, marinho e águas continentais), Sistemas de Produção (agricultura, pecuária e silvicultura) e a Saúde Humana e dos Anais do 1º Simpósio Brasileiro sobre Espécies Exóticas Invasoras – 2007-8;
- Implementação, no âmbito da CONABIO, das ações da Câmara Técnica sobre Espécies Exóticas Invasoras, com ênfase para a edição de Lista Oficial das Espécies Exóticas Invasoras, bem como diretrizes para a erradicação dessas espécies nas UCs – 2007-10;
- Elaboração e aprovação pela CONABIO de Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras, incluindo ações de prevenção e detecção precoce, erradicação, mitigação e controle ou manejo – 2008.
- Elaboração de proposta de um conjunto de marcos legais relacionados às espécies exóticas invasoras, incluindo prevenção e detecção precoce, controle e erradicação dessas espécies no País – 2008-9;
- Levantamento das Espécies Exóticas Invasoras Ocorrentes na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e Definição de medidas de Prevenção e Controle – 2007–9;
- Realização do 1º Congresso Brasileiro sobre Espécies Exóticas Invasoras - 2009

DCBIO/GCB – Espécies Ameaçadas de Extinção

- Publicação de Livro sobre as Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção – 2007;
- Aprovação e publicação da nova Lista das Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção – 2007;
- Organização e publicação de Livro com a nova lista das espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção, incluindo informações detalhadas sobre cada táxon, com ênfase para o mapeamento da sua distribuição geográfica - 2008;
- Consolidação de Comitês Científicos e de Centros de Conservação da Flora e da Fauna no Inst. Chico Mendes e no IPJBRJ – 2008-10.
- Elaboração de Planos de Ação, em parceria com o Inst. Chico Mendes e IPJBRJ, para a conservação *in situ* e *ex situ*, monitoramento e recuperação das espécies da fauna e flora brasileira ameaçadas, – 2008-10;
- Realização de reuniões da Câmara Técnica Permanente sobre Espécies Ameaçadas de Extinção, Sobreexplotadas ou Ameaçadas de Sobreexplotação, no âmbito da CONABIO – 2007-10;
- Implementação do Fórum Brasileiro pela Extinção Zero e da Aliança Brasileira para a Extinção Zero – 2007-10;
- Revisão da Lista das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção – 2008-10.

Acesso a Recursos Genéticos e Repartição de Benefícios

- Medida Provisória nº 2.186-16, de 23.08.2001
- Decreto nº 3.945, de 28.09.2001 e Decreto nº 4.946, de 31.12.2003
- Novo Projeto de Lei proposto pelo Poder Executivo (em consulta pública)

Gestão de Recursos Florestais

- Decreto nº 3.420, de 20.04.2000, e Decreto nº 4.864, de 24.10.2003 (Programa Nacional de Florestas – PNF)
- Lei 11.284, 2 de março de 2006 (Gestão de Florestas Públicas e criação do Serviço Florestal Brasileiro e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal) e Decreto 6.063, de 20 de março de 2007

Gestão de Recursos Pesqueiros

- Criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP (2003)
- Proposto Plano de Combate a Pesca Predatória
- IN 5/2004 reconheceu as espécies aquáticas (peixes e invertebrados) ameaçadas de extinção e sobreexplotadas, (prazo de 5 anos) para Planos de Recuperação e Planos de de Gestão)
- PL que altera o Decreto-Lei 221 de 1967 tramita no Congresso há vários anos (Nova Lei da Pesca)

Agrobiodiversidade - Estudos

Espécies de Valor Econômico – Plantas para o Futuro

- Publicação e divulgação dos resultados do projeto relacionado às Espécies da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual e Potencial - “Plantas para o Futuro” - 2007-8;
- Desenvolvimento de parcerias para apoio a estudos visando a caracterização do valor nutricional das espécies alimentícias priorizadas na pesquisa “Plantas para o Futuro” – 2008-10;

Variedades Crioulas e Parentes Silvestres das Espécies de Plantas Cultivadas

- Publicação e divulgação dos resultados do projeto relacionado às Variedades Crioulas e aos Parentes Silvestres das Espécies de Plantas Cultivadas – 2007-8;
- Desenvolvimento de parcerias para a condução de estudos de caracterização e mapeamento das Variedades Crioulas e dos Parentes Silvestres de outras Espécies de Plantas Cultivadas – 2008-10.

Conservação dos Recursos Genéticos In Situ, Ex Situ e On Farm

- Publicação e divulgação dos resultados do projeto de Identificação das Instituições Envolvidas com a Conservação de Recursos Genéticos In Situ, Ex Situ e On Farm (Flora, Fauna e Microrganismos), relativo à Região Centro-Oeste, e levantamento da situação de conservação dos recursos genéticos nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Norte – 2007-9;

Agrobiodiversidade e Segurança Alimentar

Instrumentos de Política:

- Elaboração, em parceria com a SEDR, de estratégias e políticas públicas voltadas à conservação das variedades crioulas e segurança alimentar em povos indígenas e comunidades tradicionais rurais;
- Elaboração, com a SEDR, de políticas públicas para os produtos da sociobiodiversidade (não madeireiros), em conjunto com a sociedade civil representando todos os elos das cadeias produtivas;
- Construção do Plano Gerencial do Programa 1426 – Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade, em conjunto com a SEDR, o MDA (SAF e SDT), MDS (SESAN), MAPA (EMBRAPA e CONAB) - 2008-2011;
- Construção, com o MDS, MDA e CONAB, dos critérios de sustentabilidade que serão considerados para o monitoramento do programa de aquisição de alimentos (PAA) originados de produtos da agrobiodiversidade;
- Desenvolvimento de mecanismos de apoio aos esforços dos povos indígenas e comunidades tradicionais rurais para a conservação de variedades crioulas em suas terras;
- Contribuir no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial para a conclusão e implementação do Plano Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos;

Agrobiodiversidade e Segurança Alimentar

Projetos:

- Implementação de Centros Irradiadores do Manejo da Agrobiodiversidade – CIMAs (meta: 30 centros até 2010);
- Organização de rede de instituições envolvidas na conservação (in situ, ex situ e on farm) de recursos genéticos (fauna, flora e microrganismos) 2008-10.
- Apoio a eventos de capacitação em conservação e uso sustentável da agrobiodiversidade e de troca de experiências e sementes de variedades crioulas;
- Articulação com MDA, MAPA (CONAB e EMBRAPA), MS, MDS, Minc. MEC, visando a elaboração da parte brasileira do Projeto Global de Biodiversidade para Alimentação e Nutrição, a ser submetido pelo Bioversitas ao GEF;
- Contribuir na implementação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos junto aos povos indígenas e comunidades tradicionais rurais;

Centros Irradiadores e Manejo da Agrobiodiversidade



Bioma Amazônia

- Programa Amazônia Sustentável – PAS
- Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (lançado em março de 2004)
- Projeto Áreas Protegidas da Região Amazônica – ARPA (GEF/BIRD)
- Projeto Corredor Central da Amazônia – atua só no estado do Amazonas

Bioma Cerrado

- O Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado – Programa Cerrado Sustentável (instituído pelo Decreto nº 5.577, de 8 de novembro de 2005)
- Projeto Iniciativa Cerrado Sustentável (GEF/BIRD)
- Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco

Bioma Pantanal

- PCBAP: Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (Pantanal)
- Projeto BID Pantanal
- Programa de Ações Estratégicas para o Gerenciamento Integrado do Pantanal e da Bacia do Alto Paraguai

Bioma Caatinga

- Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAN Brasil (lançado em 2004)
- Atlas Nacional de Desertificação (2007)
- Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco
- Projeto Manejo Integrado de Ecossistemas da Caatinga (GEF/PNUD)

Bioma Mata Atlântica

- Regime Jurídico do Bioma da Mata Atlântica (Lei 11.428, de 22 de dezembro de 2006)
- Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Mata Atlântica
- Projeto Corredor Central da Mata Atlântica – atua nos estados da Bahia e ES
- Projeto Mata Atlântica – RFT/BIRD/PPG7
- PDA Mata Atlântica – PPG7

Bioma Pampa

- Nenhum programa!
- Mapeamento dos Remanescentes de Vegetação do Bioma Pampa
- Projeto Biodiversidade RS (GEF/BIRD)

Zona Costeira e Marinha

- Programa de Gerenciamento Costeiro – GÉRICO
- Programa REVIZEE
- Adesão do Brasil à Iniciativa Internacional de Recifes de Corais – ICRI (Ofício do MMA, assinado em março de 2006)

Promoção da Transversalidade – PROBIO II

- Implementação do Projeto GEF PROBIO II (US\$ 22mi GEF + contrapartidas)
- Criação do Instituto Virtual Brasileiro da Biodiversidade
- Criação do Centro Brasileiro para Monitoramento e Prognósticos da Biodiversidade
- Criação do Centro Nacional de Conservação da Flora no Jardim Botânico do Rio de Janeiro
- Implementação do Projeto GEF Polinizadores (US\$ 4,5mi GEF + contrapartidas).

DCBIO/GCB – Projeto PROBIO II

Histórico: Projeto que dará continuidade às ações desenvolvidas pelo PROBIO, incorporando outros setores na conservação e uso sustentável da biodiversidade

Objetivo Geral: Reduzir a perda de biodiversidade no Brasil e assim contribuir diretamente para as metas globais para 2010 da CDB.

Objetivos específicos: Promover a priorização e a integração da conservação e o uso sustentável da biodiversidade (transversalização) nas principais estratégias de planejamento e práticas dos setores público e privado em nível nacional, consolidar e fortalecer a capacidade institucional para produzir e disseminar informações e conceitos relevantes sobre a biodiversidade.

Duração: 6 anos

Recursos: US\$ 22 milhões do GEF (não internalizados no Orçamento da União - CEF) sendo US\$ 14,5mi destinados ao Governo Federal e US\$ 7,5mi destinados ao FUNBIO e com previsão de contrapartida de US\$ 75 milhões.

Parceiros na Implementação do Projeto: MMA (SBF – DCBIO e Diflor - e SRHU), IBAMA, Instituto Chico Mendes, JBRJ, MAPA, MDA, Embrapa, MS, Fiocruz, MCT e FUNBIO

DCBIO/GCB – Projeto PROBIO II

Principais Componentes

- **Componente 1: Priorização da Biodiversidade em Setores Governamentais**
 - Sub-componente 1.1 - Planejamento e aperfeiçoamento de políticas públicas setoriais e de instrumentos de políticas;
 - Sub-componente 1.2 - Ações setoriais com incorporação de biodiversidade aplicadas em âmbito nacional.
- **Componente 2: Priorização da Biodiversidade no Setor Privado**
 - Sub-componente 2.1 - Subprojetos territoriais para transversalização;
 - Sub-componente 2.2 - Melhores práticas e inovações produtivas e de gerenciamento;
 - Sub-componente 2.3 - Coordenação e gerenciamento do fundo de oportunidades;
 - Sub-componente 2.4 - Administração, monitoramento e avaliação do componente 2.
- **Componente 3: Fortalecimento Institucional e Geração de Informação sobre Biodiversidade para a Formulação de Políticas**
 - Sub-componente 3.1 - Fortalecimento institucional;
 - Sub-componente 3.2 - Gestão de informação sobre biodiversidade.
- **Componente 4: Coordenação e Gerenciamento do Projeto**
 - Sub-componente 4.1 - Coordenação, monitoramento e avaliação;
 - Sub-componente 4.2 - Estratégias de disseminação e comunicação;
 - Sub-componente 4.3 – Administração financeira do setor público.

Coordenação Nacional: SBF

Situação Atual: Projeto *Full sized* aprovado pelo Conselho do GEF em novembro de 2005 (com condicionantes), assinatura do Acordo de Doação entre BIRD-CEF-FUNBIO e entre MMA-CEF e MMA-FUNBIO prevista para outubro de 2007, implementação a partir de 2008.

Abrangência: Nacional

DCBIO/GCB – Projeto GEF Polinizadores

O Projeto GEF Polinizadores “Conservação e Manejo de Polinizadores para uma Agricultura Sustentável, através de uma Abordagem Ecosistêmica”

Objetivo: Monitorar o declínio dos polinizadores, sua causa e seu impacto sobre os serviços de polinizadores; Destacar a falta de informação taxonômica sobre polinizadores; Avaliar o valor econômico da polinização e do impacto do declínio dos serviços de polinização; e Promover a conservação, a restauração e o uso sustentável da diversidade de polinizadores na agricultura e nos ecossistemas relacionados.

Duração: 5 anos.

Recursos: US\$ 4,5 milhões (GEF para o Brasil, não internalizados no Orçamento da União - FAO) e contrapartida nacional de US\$ US\$ 6 milhões.

Coordenação Nacional: DCBIO e Iniciativa Brasileira de Polinizadores.

Estrutura e Principais Resultados:

Componente 1: **Desenvolvimento de uma base de conhecimento**

Componente 2: **Extensão e promoção das melhores práticas de manejo para o uso dos polinizadores.**

Componente 3: **Capacitação e aumento de conscientização**

Componente 4: **Troca de experiências e disseminação de informação**

Parceiros do MMA na Implementação do Projeto: MAPA, ICHICO, EMBRAPA, MDA, FBOMS, CNA, CBA, MCT

Situação Atual: Projeto *Full sized* aprovado pelo Conselho do GEF em junho de 2007 , endosso e assinatura prevista para 2007, implementação a partir de 2008.

Abrangência: Global (Brasil, África do Sul, Gana, Quênia, Índia, Nepal, Paquistão)

DCBIO/GCB – Projeto GEF Polinizadores

Histórico:

- 2 Reuniões de Consultas de Nacionais: setembro de 2004 (130 participantes) e fevereiro de 2005 (80 participantes)
- 5 Reuniões do Comitê Coordenador da Iniciativa Brasileira de Polinizadores (Portaria Interministerial do MMA, MCT, MAPA e MDA)
- 13 Planos de Manejo já realizados – Projetos Pilotos (PROBIO)
- 3 publicações: *Bibliografia Brasileira de Polinização e Polinizadores*, *Pollinating Bees: The Conservation Link between Agriculture and Nature*; e *Solitary Bees: Conservation, Rearing and Management for Pollination*

Metas:

- Implementação de 20 sítios Experimentais abrangendo todos os Biomas
- Potenciais culturas: Cupuaçu, Açaí, Araticum, Melão, Maça, Soja, Algodão, Morango, Goiaba, Laranja, Café, Guaraná, Maracujá, Manga, Cajá.

Indicadores:

- Planos de manejo e manual do produtor para cada cultura trabalhada

Projeto GEF Polinizadores – Áreas de atuação



- 1 Subproj. Paraná
- 1 Subproj. São Paulo
- 1 Subproj. Rio de Janeiro
- 2 Subproj. Minas Gerais
- 2 Subproj. Bahia
- 2 Subproj. Pernambuco
- 1 Subproj. Maranhão
- 1 Subproj. Mato Grosso
- 1 Subproj. Amazônia
- 1 Subproj. Pará

Departamento de Conservação da Biodiversidade

- Consultem o PortalBio
www.mma.gov.br/portalbio
- Consultem a CONABIO
www.mma.gov.br/conabio

Obrigado